

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

ALESSANDRA SOUSA FIGUEREIDO

**OS AGENTES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
ARAGUAINENSE:**

A realidade da Vila Maranhão como processo de ocupação.

ARAGUAÍNA-TO

2016

ALESSANDRA SOUSA FIGUEREIDO

**OS AGENTESSOCIAIS NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
ARAGUAINENSE:**

A realidade da Vila Maranhão como processo de ocupação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jacira Garcia Gaspar

ARAGUAÍNA-To

2016

ALESSANDRA SOUSA FIGUEREIDO

**OS AGENTESSOCIAIS NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO ARAGUIANENSE: a
realidade da Vila Maranhão como processo de ocupação.**

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a:Dr^a Jacira Garcia Gaspar (Orientadora)

Prof^o:D^o Alberto Pereira Lopes (Examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus que me deu forças diante das dificuldades enfrentadas durante minha vida acadêmica, em especial a meus filhos Sampras, Teo e Hanry, por terem tido compreensão em não poder estar com eles no período noturno por estar na universidade e continuar meus estudos.

Em particular agradeço a minha professora e orientadora Jacira Garcia, que teve paciência e esteve sempre a disposição, colaborando e me ajudando bastante em meu trabalho.

Aos meus professores de geografia do decorrer do curso, que auxiliou no meu conhecimento, sendo indispensáveis na minha formação.

A Universidade Federal do Tocantins, pois foi através desta Universidade que conseguir o meu curso superior.

Aos meus colegas de faculdade que sempre me ajudaram e incentivaram nos trabalhos da universidade.

Dedico a minha querida mãe, Edina Sousa Barbosa,
que infelizmente não esta mais aqui.

RESUMO

OS AGENTES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO ARAGUIANENSE: a realidade da Vila Maranhão como processo de invasão.

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre a formação do espaço na cidade de Araguaina, colocando em destaque a Vila Maranhão, discutindo principalmente os agentes modeladores do espaço estes que fazem e refazem o espaço, como os promotores fundiários, os promotores imobiliário estes que fazem e refazem o espaço, assim também como o Estado, com objetivo de discutir e abordar as principais causas e conseqüências das ocupações irregulares apresentando os principais problemas como habitações precárias, a falta de infraestrutura, a falta de água encanada, iluminação pública, falta, de segurança e etc. o Estado pois e através deste que são aprovados ou não os loteamentos e realizam programas de habitação, os agentes sociais excluídos onde estar uma boa parte da população, na qual não possuem poder aquisitivo para obter uma habitação adequada. E dentro destes agentes que esta a Vila Maranhão, uma área que surgiu de invasão, e a única opção que lhes restou, por não poder comprar uma casa e não conseguir uma habitação em um programa social. Um lugar que esta sendo esquecido pelo poder publico e de muita carência, sem a mínima infra-estrutura, equipamentos que geram conforto para uma vida digna.

Palavras-chaves: Construção espaço urbano, agentes sociais, invasão

Abstract

SOCIAL AGENTS IN URBAN SPACE ARAGUIANENSE TRAINING: the reality of Vila Maranhao as invasion process.

This paper presents a discussion on the formation of space in the city of Araguaina, by highlighting the Village Maranhão, mainly discussing the modeling agents of space these that make and remake the space, such as land developers, real estate developers these they do and redo the space, so as the state, in order to discuss and address the root causes and consequences of irregular occupations presenting the main problems such as substandard housing, to lack of infrastructure, lack of running water, public lighting, lack of security and so on. the State as and through this it is approved or not the allotments and carry out housing programs, social workers excluded where being a good part of the population, which do not have purchasing power to get a adequada.E housing within these agents that the Maranhão village, an area that came from invasion, and the only option left to them, not to buy a house and not get a room in a place social.Um program that is being forgotten by the public power and a lot of grace, without minimal infrastructure, equipment that generates comfort for a dignified life.

Keywords: Construction urban space, social workers, invasion

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Mapa 1: Localização da cidade de Araguaína.....	12
Mapa 2: Vila Maranhão.....	32
Foto 1: Visão panorâmica dos anos 90, onde hoje esta localizado o setor Coimbra.....	20
Foto 2: Área que estar localizado o setor Jardim dos Ipês.....	21
Foto 3:Residencial Jardim das Flores.....	24
Foto 4: Residencial Vila Azul.....	25
Foto 5: Residencial Costa Esmeralda.....	26
Foto 6 e 7: Casas construídas na Invasão do setor Céu Azul.....	28
Foto 8:Residência comum na vila Maranhão.....	34
Foto 9: Rua da Vila Maranhão.....	35
Foto 10 e 11:Postes de iluminação publica na Vila Maranhão.....	36
Foto 12:Lixo na rua da Vila Maranhão.....	37
Foto 13: Começo de retirada da camada de solo em uma rua da Vila Maranhão.....	39

SÚMARIO

1.INTRODUÇÃO	09
2.UMA REELEITURA DO DIREITO A MORADIA E A EFETIVIDADE NO ESPAÇO.....	11
3.A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAPITALISTA EM ARAGUAÍNA....	18
3.1O Estado e sua interferência no espaço de Araguaína.....	23
3.2Os grupos sociais excluídos na elaboração do espaço em Araguaína..	26
4.VILA MARANHÃO COMO REFLEXO DE PROCESSO DE INVASÃO E DESARTICULAÇÃO DO PODER PÚBLICO	32
4.1A percepção dos moradores no contexto do processo de invasão.....	40
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6. REFERÊNCIAS.....	43

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho estudou o processo de ocupações irregulares e desordenados em Araguaína-TO com foco para a invasão da Vila Maranhão. Em um processo de crescimento urbano, dois fatores devem ser enfatizados, o populacional e a expansão física das ocupações urbanas. O fator populacional influencia diretamente na expansão da infra-estrutura urbana. Já o padrão de ocupação pode influenciar no maior ou menor custo social.

Com o constante aumento da população surge também a necessidade de moradia, no caso a área urbana de Araguaína-TO tornou-se insuficiente, o que levou uma parte da população mais pobre a buscar, na invasão de áreas desocupadas, a solução para seu problema de moradia. Com o surgimento de ocupações irregulares e desordenadas com mais frequência, surge também os bairros periféricos com o aumento dessas invasões de área urbana irregular, além dos problemas sociais, resultam também em degradação ambiental e muitas vezes até de saúde, por isso este trabalho tem o objetivo discutir sobre a formação do espaço na cidade de Araguaína, colocando em destaque a Vila Maranhão, discutindo principalmente os agentes modeladores do espaço estes que fazem e refazem o espaço, como os promotores fundiários, os promotores imobiliário estes que fazem e refazem o espaço, assim também como o Estado, abordando as principais causas e conseqüências das ocupações irregulares apresentando os principais problemas como habitações precárias, a falta de infraestrutura, a falta de água encanada, iluminação pública, falta, de segurança e etc.

A população carente por não possuir grande poder aquisitivo muitas vezes ocupa áreas consideradas inadequadas para a implantação de qualquer moradia, é para todo indispensável e necessário para toda e qualquer pessoa ocupar lugar no espaço, esse fato muitas vezes não ocorre de maneira pacífica no espaço urbano, uma vez que o acesso à a moradia para pessoas carentes se torna mais difícil, principalmente na área urbana.

A cidade de Araguaína vem passando por um processo de aumento da população, e conseqüentemente uma necessidade de habitação, as ocupações irregulares e desordenadas como é o caso da Vila Maranhão, são cada vez mais frequentes, formando assim as periferias, nesta conseqüentemente as populações necessitam de uma boa infra-estruturar, tornando necessário um trabalho envolvendo um trabalho de engenharia civil comprometida com as necessidades dessa parcela da população, pois esta é indispensável para garantir uma melhor qualidade de vida às pessoas.

Sendo assim, a presente pesquisa justifica-se pela relevância de abordar questões relacionadas ao processo de ocupações irregulares e desordenadas na cidade de Araguaína, e em partícular na Vila Maranhão. E assim apontar a necessidade de buscar melhorias na qualidade de vida da população, como obras de infra-estruturar como: moradias adequadas saneamento básico, e outros benefícios necessários para se ter uma vida digna.

Com este objetivo para um melhor desenvolvimento do tema dividimos o referido trabalho em três partes.

No primeiro momento observamos aspectos relativos a teorias que abordam o tema como, a falta, o direito e a luta pela moradia.

No segundo momento fazemos discutimos sobre os agentes sociais que modelam, fazem, refazem e modificam o espaço, seus principais interesses.

E finalmente no terceiro e último momento o estudo de uma área que surge de uma invasão, chamada de Vila Maranhão, suas deficiências, necessidades e exclusão social.

Para a realização deste estudo foi utilizado à pesquisa bibliográfica, pesquisas a campo, para coletar dados, e informações sobre a invasão por parte dos moradores que vivem com essa realidade. Para melhor compreensão foi utilizados recursos fotográficos e cartográficos para melhor localização e delimitação da área em estudo, abordando suas principais causas e conseqüências.

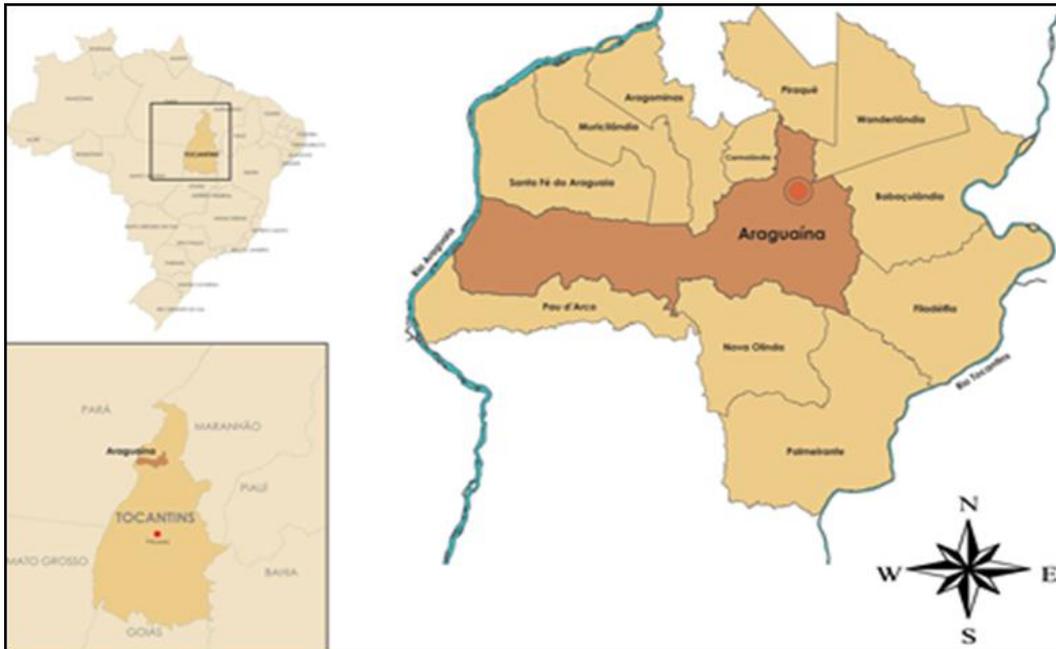
2.UMA REELEITURA DO DIREITO A MORADIA E A EFETIVAÇÃO NO ESPAÇO

A cidade de Araguaína que, teve o seu crescimento urbano as margens da BR 153, hoje se expande para outras áreas mais distantes, do centro da cidade tendo um constante crescimento.

Araguaína é um município brasileiro localizado no norte do estado do Tocantins, nos primeiros anos de vida do Tocantins foi a maior cidade do estado, possuindo atualmente 170 a 183 habitantes em 2016. O autêntico desenvolvimento econômico do município começou na realidade a partir de 1960, com a construção da BR 153, o que fez com que a cidade crescesse muito em relação às demais cidades próximas que eram maiores e mais antigas, Araguaína era a quarta maior cidade do Estado de Goiás, de 1980 a 1986, perdendo somente para Luziânia, Anápolis e Goiânia.

Os primeiros habitantes foram os silvícolas da tribo dos Carajás, O início do desbravamento do município ocorreu no ano de 1876, com a chegada de João Batista da Silva e família, procedentes de Paranaguá, estado do Piauí. Garcia, 2002A localização geográfica de Araguaína possibilitou sua integração com todas as regiões do país para circulação de pessoas e mercadorias através de transporte aéreo e terrestre, contando com estradas federais. Conforme Mapa n. 1.

Mapa 1: Localização da cidade de Araguaína



Fonte: Plano Diretor da Cidade de Araguaína, 2006

A cidade possui a segunda maior população da unidade federativa, de acordo com estatísticas do IBGE. Fica a 368 km da capital Palmas, possuindo hoje 124 bairros. É um polo regional pujante, que se destaca nos quesitos comercial, educacional, saúde e serviços. Sua população é originada de muitas regiões do Brasil, com a maior parte vinda dos estados do ,Maranhão, Piauí e Pará nos quais fazem divisa com o estado, exercendo influência sobre cidades da região, como, Babaçulândia, Xambioá, Araganã e outras, assim como cidades do sul e sudeste do Pará e com o sul do Maranhão, recebe constantemente esse fluxo migratório.

Como toda cidade brasileira Araguaína-TO possui problemas urbanos, principalmente nos bairros periféricos, como o aumento da violência urbana, a falta de asfalto ou asfalto em péssimas condições, lixo, educação, desemprego, saúde, lazer, água, esgoto, falta de habitação, dentro deste último, como consequência acontece as invasões irregulares e desordenadas.

Araguaína demonstra desordem no que diz respeito aos padrões de modernos de cidade, no entanto também não tem uma padronização de cidade histórica. (Pereira, Aires José, 2009, p. 203)

A estrutura urbana que a cidade apresenta, nos fez refletir sobre a política urbano que ocorre nesta cidade. Segunda maior cidade do estado e apesar de estar em constante crescimento, não existe planejamento urbano ocasionado um crescimento desordenado e, assim como carência de infra estrutura, sistema de transporte defasado e monopolizado, especulação imobiliária, ocasiona uma periferização da população no qual os mais prejudicados são os bairros mais carentes.

A expansão urbana limitada inicialmente às proximidades da rodovia federal começa a ter novos aspectos com a inclusão de novas áreas a oeste da Belém-Brasília.

Araguaína é uma cidade com explícitas contradições com seus bairros periféricos apresentando frágeis construções com uma população carente de serviços e infraestrutura social que contrastam com a força econômica regional e mesclam-se na paisagem urbana com bairros elitizados e populares. Verifica-se também as ascensão de uma verticalização com prédios comerciais no centro da cidade, mas também com apartamentos denominados para moradia. (SILVA, 2012, pg.91).

Seguindo o estatuto das cidades no exercício da política pública urbana a Lei 10.257, que trata os artigos 182e183 da Constituição Federal diz que.

Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, as futuras gerações:

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

V – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

Durante um processo de crescimento urbano, deve-se levar em conta dois fatores o populacional e a expansão física das ocupações, o fator populacional influencia diretamente na expansão da infra-estrutura, já o padrão de ocupação pode influenciar no maior ou menor custo social. Complementando diz Santos:

Com diferença de grau e de intensidade, todas, as cidades brasileiras exibem problemas parecidos. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quando maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. (SANTOS 2009, pg.105)

Desde a década de 1950, as cidades brasileiras vêm crescendo de maneira desordenada, decorrente uma grande migração da população rural para a zona urbana, (SANTOS, 2009) aumentando a expansão das cidades, totalmente sem infra-estrutura e gestão urbana adequada para a quantidade de pessoas, ocasionando uma má qualidade de vida das pessoas e aumento na desigualdade social das cidades, onde pessoas passam a residir em casas com pouco ou nenhum conforto. Para Lima, (2010, pg.05):

Assim, as habitações vão ter diferentes características a depender do nível de renda da população, pois não se pode desconsiderar que a estrutura dos lugares e as condições da moradia estão associadas à classe social dos indivíduos que lá residem as diferenças, entre os lugares e as

possibilidades de habitar estão associadas ao passo que o mercado imobiliário teve, e ainda tem na produção de moradia, e ainda vão ter aqueles que nem sequer tem um teto para abrigar-se.

Dentro deste contexto de ocupações irregulares e desordenada, na cidade de Araguaína, onde áreas são ocupadas por estratégias de sobrevivência, das pessoas carentes por falta de opções de moradia melhores está a Vila Maranhão, uma invasão que surgiu em uma área de chácaras particulares do município que não possuem nenhuma infra estrutura. Pereira comenta que.

A falta de planejamento urbano ocasiona um crescimento urbano desordenado da cidade, provocando sérios problemas sócio-espaciais, principalmente nos bairros periféricos, então, a aplicação das normas técnicas e urbanismo do plano diretor de desenvolvimento urbano, resolveria em partes esse problema. (PEREIRA. 2009, pg.105)

A área de estudo esta localizada na parte leste da cidade, próximo ao setor Araguaína Sul, universitário, um lugar onde não existe nenhuma estrutura que ofereça uma vida confortável para os moradores, como água encanada, energia, asfalto, transporte, coleta de lixo e etc. Uma área que já gerou conflitos entre os invasores e poder público, por despacho de ordem judicial já aconteceu de algumas das residencias construídas serem demolidas, no entanto os moradores ocuparam novas áreas. Sem nenhum serviço público à disposição, as ruas foram abertas pela própria população e sem a presença do estado.

“O uso do solo urbano será disputado por vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos”. (CARLOS, 2007, p.46). Não diferente temos presenciado na Vila Maranhão, as ocupações disputadas entre população e poder público.

O uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar no espaço da cidade. O ser humano necessita para viver ocupar um determinado lugar, no espaço, só que o ato em si, não é meramente ocupar uma parcela do espaço, tal ato envolve o de produzir o lugar. (CARLOS, 1997, pg.45).

A invasão da atual vila ocorreu em uma área na qual não existe qualquer tipo de planejamento ou infraestrutura, portanto não oferece uma boa qualidade de vida para seus moradores.

É frequente esse conflito tomar a seguinte forma: os moradores já instalados nessas áreas, morando em pequenas casas onde investiram suas parcas economias enquanto eram ignorados pelos poderes públicos, lutam contra um processo judicial para retirá-los do local. Nesse caso eles são vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente. Mas esta não é a situação mais corrente. Na maior parte das vezes a ocupação se consolida sem a devida regularização. (MARICATO, 1997, pg.08)

O aumento desordenado dessas invasões irregulares é devido a uma política pública ineficiência por parte do poder público. A realidade da maior parte das cidades brasileiras são os problemas socioambientais como poluição do ar, da água e do solo, aumento das habitações irregulares, degradação dos recursos naturais, geração de vários tipos de resíduos, baixa eficiência energética, perda da qualidade de vida da população em geral e, principalmente dos mais carentes, pois essas na sua maioria ainda não possuem consciência ambiental o suficiente. Neste sentido:

A degradação ambiental associada às estratégias de sobrevivência das populações de menores recursos das cidades tem origem nas condições socioeconômicas e na falta de opções alugares acessíveis as moradias. Tornando assim em um aumento constante na degradação, advindo do grande crescimento desordenado das cidades, com isso a noção abrangente e abstrata como desenvolvimento urbano sustentável são referencias condutas de politicas e praticas,devendo ser flexíveis e socialmente construídas, isto é, resultantes da compreensão dos conflitos e embates presentes nos processos de expansão e transformação urbana (MOTTA et al, 2002,pg 48)

Com invasões acontecem também os impactos ambientais, alterando o meio que é resultado de uma ação antrópica, podendo assim alterar em pequena ou grande proporção, afetando a saúde da população, colocando também em risco a vida de algumas espécies de animais e vegetais afetando assim a qualidade dos recursos naturais, além de gerar resíduos e poluição do solo, ar e água. Assim,

A ocupação de um ambiente natural, no processo de urbanização, geralmente ocorre com a remoção da cobertura vegetal. O desmatamento, quando feito de forma inadequada, resulta em vários impactos ambientais, tais como:

modificações climáticas; danos á flora e fauna; descobrimento do solo, causando o incremento da erosão; remoção da camada fértil do solo, empobrecendo-o; assoreamento dos recursos hídricos; aumento do escoamento superficial da água e redução da infiltração; inundações. (MOTA 2003, pg.75).

A área onde se encontra a invasão, denominada de Vila Maranhão e em parte caracterizada como insalubre, os moradores acabam se expondo a agentes que podem fazer mal a saúde, e contribuem com o aumento e o aparecimento de doenças que vem a afetar tanto a população diretamente e as circunvizinhas.

Diante da lei, todos têm direito a uma moradia digna, é dever do poder público dar subsídios para o cidadão ter seu lar, se o Estado cumprisse com a legislação minimizaria esse processo de invasões e seus males, diminuindo também os impactos ambientais, proporcionando uma melhora na qualidade de vida para a população, auxiliando também na preservação do meio ambiente.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ARAGUAÍNA

A cidade é formada por processos onde cada um vai contribuindo para a formação do espaço urbano com suas ações ou capital. Para Correia,

Os agentes que são chamados de agentes sociais. Estes agentes que tem o poder de produzir e reproduzir área urbana onde articulada ao acúmulo de capital para benefício de se próprio. O espaço urbano capitalista fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos em lutas é um produto social, resultado de ações acumulados através do tempo, e engendradas por agentes sociais que produzem e consomem o espaço. (CORREA, 1989,pg. 11)

Segundo Correa 1989, a ação desses agentes é, complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que dela emergem.

Assim, os agentes sociais que fazem e refazem o espaço urbano capitalista são constituídos pelos proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes indústrias, os promotores fundiários, os promotores imobiliários, o estado, e os grupos sociais excluídos.

Trazendo os conceitos de Correia para nossa realidade, percebemos que os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais, são em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores do espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas.

As empresas ou indústrias, seus principais objetivos é lucrar, procuram um local para se instalar que não seja de custo alto, ocupando grande espaço, após a instalação a área ganha um maior valor,mas para isso precisa de atitudes e faculdades.

Modificando a paisagem da cidade, e permanecendo ali o tempo que estiver obtendo lucro, caso este venha a cair ou não ser satisfatório, abandonam o lugar

epartem para outra cidade, ou estado,mas não apenas isto pode reproduzir o seu capital.

Tentando analisar a atuação do proprietário fundiários de Araguaína detectamos que os mesmos adquirem áreas rurais próximas a cidade, a medida que está se expande, área rural posteriormente com o intuito capitalista passa a se tornar área urbana obtendo um lucro maior e geralmente são divididos em pequenos lotes. A exemplo dos loteamentos. Cimba, Jardim dos Ipês, Jardim Mônaco, Bouganville, e etc.

Os proprietários de terra atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, especialmente de status. Estão particularmente interessados na conversão de terra rural em terra urbana, ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de uso (CORRÊA, 1989, pg.17)

Assim, os proprietários fundiários instalados principalmente na periferia da cidade de Araguaína tendem a retirar o maior lucro possível de sua área rural, tornando esta área rural em urbana ao ponto que a cidade se expande. Como na maior parte das vezes a terra urbana é mais valorizada, temos o exemplo: O senhor Joaquim Ferreira Coimbra, proprietário da área suburbana que se estende do Bairro São João até o córrego Jacuba sede uma parte da sua área para valorizar outra.

Sendo assim o senhor Joaquim Ferreira Coimbra estrategicamente, cedeu uma área a prefeitura localizada após o setor Coimbra que serviu, posteriormente, para a implantação do conjunto residencial Carlos Patrocínio. O referido proprietário, sabendo que o estado viria a usar esta área para construção de habitações, fez uma doação de terras, pois esta situação traria benefícios imediato da área, visto a infraestrutura levada pelo poder público a esta área como, o aumento do preço de sua propriedade urbana.

Conforme a imagem abaixo do setor Carlos Patrocínio em 1993, percebesse uma infraestrutura mínima montada, o que beneficiou diretamente o setor Coimbra que neste momento era apenas uma área de especulação imobiliária.

Foto 1: Visão panorâmica do conj.CarlosPatrocinio dos anos 90, ao fundo o setorCoimbra



Fonte: Jacira Garcia.1995

Acontece assim também em Araguaína, os proprietários fundiários fazem campanhas publicitárias exaltando a qualidade do lugar, que talvez nem exista, para que possam aumentar os preços das terras com facilidade desta forma.

Criam-se loteamentos populares na periferia urbana: enchentes, mosquitos, valas negras, crimes esquadrão da morte, horas e horas perdidas em precários transportes coletivos, eis alguns dos aspectos do cotidiano desta periferia urbana fruto de uma ação espacialmente diferenciada dos proprietários fundiários (CORREA, 1989, pg.19.)

Como os proprietários de terra, os promotores imobiliários também têm o interesse principal no capital, estes por sua vez se propõem a dar uma certa estrutura aos lotes e até mesmo a construção das moradias que quase sempre são construídas para a população com uma renda alta, e quando destinados a classe popular, os materiais de construção nem sempre são de boa qualidade.

O capital não tem interesse em produzir habitações para as camadas populares, numa sociedade onde parte da população não tem acesso a casa própria ou mesmo não tem condições de pagar aluguel. Quando ocorre projetos sociais de políticas habitacionais geralmente as plantas das casas são uniformizadas, e com espaço pequeno, não se leva em conta a quantidade de pessoas e suas necessidades. (CORREA, 1989, pg, 22)

Isto pode ser visto também em Araguaína, onde imobiliários adquirem terras esperam por sua valorização, criam-se loteamentos que são vendidos com preços altos para as classes que possam pagá-los, gerando uma especulação imobiliária, que nos últimos anos vem crescendo bastante na cidade, na qual foram aprovados pelos menos 15 loteamentos, entre eles estão:

Jardim dos Ipês I, Jardim dos Ipês II, Lago Sul, Cidade Jardim, Jardim Europa, Pedro Borges, Jardim Mônaco, Boa Vista, Prata, Bouganville, Residencial Flamboyante, Capital Residence - Condomínio fechado, e Cimba. Reafirmando esta situação que em Araguaína acontece a especulação imobiliária abaixo mostramos uma área onde fica localizado o setor Jardim dos Ipês.

Foto 2: Área do loteamento onde está localizado o setor Jardim dos Ipês



Fonte: Jacira Garcia- 2010

Este é mais um loteamento que foi aprovado pelo poder público teve seus lotes vendidos rapidamente a preços altos.

O poder público municipal através da Secretaria de Planejamento aprova as referidas áreas destinadas pelos agentes imobiliários a loteamentos urbanos, após análise de técnico, geralmente, e de acordo com as conformidades legais de uso do solo urbano, contidas no Código de Postura da cidade sinalização do Plano Diretor da cidade. Posteriormente, quando aprovado é liberada a abertura do empreendimento através de Decreto Municipal. (GARCIA, 2012 pg.120.)

Algumas imobiliárias oferecem lotes com energia, asfalto, água. Porém a maior partedesses equipamentos, posteriormente fica somente de responsabilidade do poder público, água, luz, asfalto, como também transporte coletivo, escola, creches, posto de saúde, etc.

Por lei municipal, cabe aos promotores do loteamento a execução da infraestrutura mínima como água, luz e pavimentação, porém após a implantação desta infraestrutura, cabe ao município a manutenção da mesma. (GARCIA,2012 pg.122)

O setor Cimba em Araguaína é um exemplo de especulação imobiliária, que por estar próximo a UFT (Universidade Federal do Tocantins) e IFTO, (Instituto Federal do Tocantins), beneficiado com asfalto e energia em algumas ruas isso valorizou os lotes vendidos a preços altos. Conforme Silva 2008:

Constata-se que a infraestrutura desenvolvida no setor, alimentou a especulação imobiliária, sobretudo a partir da chegada dos órgãos públicos já citados anteriormente. Havendo assim, uma conexão entre transformação que resultou no desenvolvimento do loteamento Cimba, que tende cada vez mais ser reconhecido e valorizado. (SILVA, 2008 pg., 21)

3.1 O Estado e sua interferência no espaço de Araguaína

O Estado é um dos principais agentes modeladores do espaço, é através deste que são ou não aprovados loteamentos, bairros, programas de habitações, além de ser de sua inteira responsabilidade a implantação de infraestrutura para a população.

O Estado atua também na organização espacial da cidade. Uma primeira observação refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações, específicas proprietários fundiários e promotores imobiliários, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. (CORRÊA, 1989, pg.24).

Neste sentido em Araguaína o Estado em parceria com o Governo Federal tem promovido e construído bairros residenciais, entre eles, residencial Jardim das Flores, Vila Azul, Costa Esmeralda.

Em 2001, a Prefeitura de Araguaína e o Ministério das Cidades do Governo Federal iniciaram um projeto de elaboração habitacional para a cidade. Após uma visita técnica feita pela comissão do Ministério, acompanhada pela equipe municipal, verificou-se que existia um grande número de famílias carentes que residiam em uma área de risco. Partindo do que foi visto, verificou se a necessidade de um projeto de habitação, visando promover melhoria nas condições habitacionais. Ressaltando que as novas residências teriam que ficar o mais próximo possível de onde já habitavam, até mesmo para facilitar a remoção dessas famílias. Sendo assim a prefeitura da cidade ofereceu uma área ao o governo federal que se localizava a margem esquerda da Avenida Filadélfia para a construção das residencias, conforme Foto:

Foto 3: Residencial Jardim das Flores



Fonte: Roger Pereira da Silva, 2004

O Residencial foi entregue com 256 casas habitacionais que beneficiou diretamente 1.280 pessoas que se encontravam na área de risco na avenida a s as margens Filadélfia da TO 222. Também foram construída, escola, creches, um posto policial hoje sendo usado como consultório odontológico, posto de saúde, dois campos de futebol com gramado e o outro de areia, uma praça, contendo um playground, centro comunitário, quadra de vôlei, uma escola municipal, e creche.

No que diz respeito aos aspectos culturais incluindo aqui espaços de lazer torna-se ainda distante uma moradia do que se entende por uma Moradia adequada, diria se que apenas o Residencial Jardim das Flores, apresenta, ainda que de maneira precária, alguns equipamentos digno de nota, a exemplo de uma praça e um campo de futebol, nos demais não foram, encontrados, tais equipamentos de uso coletivo. (VASCONSELOS, 2013, pg,176).

Outra intervenção do Estado observa-se no residencial Vila Azul e Costa Esmeralda, criado dentro do programa minha casa minha vida, lançado em 2009

pelo governo federal para permitir o acesso a casa para famílias de baixa renda. O programa Minha Casa, Minha Vida é destinado a pessoas que tenham renda familiar incluindo todas as pessoas que moram na mesma casa, que possuam renda de até R\$ 1.600 reais, e de acesso a um imóvel as famílias que possuem renda de até R\$ 5.000 reais.

Foto 4: Residencial Vila Azul



Fonte: Ascom Prefeitura de Araguaina, 2014.

Em 2011 a infraestrutura dos residenciais estava concluída, com rede de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e iluminação pública. No residencial Vila Azul foram entregues 930 casas, já no ano de 2014 o residencial Costa Esmeralda com 1.788 mil unidades habitacionais. A se ver na foto 5.

Foto 5: Residencial Costa Esmeralda



Fonte: Ascom Prefeitura de Araguaína

É preciso considerar que a ação do estado processa-se em três níveis: político-administrativo-federais, estadual e municipal. (E no nível municipal no entanto, que estes interesses se tornam mais evidentes e os discursos menos eficazes: afinal a legislação garante a municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano). (Correa, 1989,pg. 26).

3.2 Os grupos sociais excluídos na elaboração do espaço

Dentro deste contexto de agentes sociais modeladores do espaço urbano, entre estes agentes sociais excluídos, que são parte da população que não possuem poder aquisitivo para compra, ou construção de sua habitação, e não conseguem uma moradia nos programas sociais do governo, todos precisam de um espaço para chamar de seu, o que resta para essas pessoas são os movimentos de inversões como uma forma de adquirir um lar para si próprio e sua família.

E na produção da favela, em terrenos públicos ou privado invadidos que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço e, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Conforme (CORREA, 1989, pg.30)

Nas sociedades de classes sociais no que se refere ao acesso aos bens para uma vida digna como a moradia, produzindo pelo capitalismo as diferenças são muito grandes, no Brasil e em outros países da América latina. A necessidade de uma habitação e um bem, mas esta moradia possui um acesso seletivo, que uma parte não tem acesso, por não ter condições financeiras de comprar uma casa nem mesmo de pagar aluguel de uma casa confortável, ficando na exclusão, vindo junto com esta exclusão, o baixo nível de escolaridade, Mão de obra mal remunerada, a venda da força física de trabalho, doenças e crianças sub nutridas.

Entende que os grupos sociais excluídos têm como possibilidade de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade, velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamento periféricos. Os conjuntos habitacionais produzidos pelo estado vieram de regra também distantes do centro, e a favela (CORRÊA 1989, pg.29).

Em Araguaína, os grupos sociais excluídos, frequentemente utilizam a prática da invasão de terras, para suprir a sua necessidade de falta de moradia, já que não conseguem comprar e não são selecionados em projetos governamentais de moradias.

Segundo Almeida (2008), mais de mil famílias estariam distribuídas em cinco áreas, em Araguaína: Alto Bonito, Monte Sinai, Araguaína Sul, e setor Sul. Aliás, com raras exceções, a percepção geral é que a urbanização brasileira é obra do mais puro improvisado.

Um exemplo é o setor Céu Azul que após o proprietário do terreno incentivar a invasão de uma parte do terreno, com a intenção de chamar a atenção do poder público para o movimento de invasão e assim trazer água, energia e desenvolvimento para aquela área, beneficiando as proximidades que eram de sua propriedade valorizando suas terras.

Conforme Farias (2007, p.22.) nos anos 90 o Céu Azul um setor novo, ficava afastado do centro da cidade, os moradores eram pessoas procedentes de outros bairros da cidade de Araguaína. Pessoas que antes pagavam alugueis, ou de cidades próximas e estados vizinhos principalmente Maranhão e Pará.

Foto 6 e 7 : Primeiras casas construídas na invasão no setor Céu Azul- 1993.



Fonte: Jacira Garcia, 1993

A área que compreende o setor Céu Azul fazia parte de um terreno do senhor Silvio Ferraz de Oliveira, conhecido muito na cidade como professor Ferraz e também proprietário da imobiliária Ferraz.

De acordo com o presidente de bairro, com o desenrolar, da situação, o prefeito da época Paulo Sidnei em parceria da maçonaria, compraram 185 lotes e doa ao povo, logo após anuncia –se outra invasão, nas proximidades e mais 225 lotes foram comprados. (RIBEIRO, 2006, pg 16,)

Após a doação de posse, a prefeitura de Araguaína, começa a construção de casas populares, com verbas federais e execução feita prefeitura. O setor céu azul possui uma característica de invasão com casas pequenas não muradas, sem calçadas apenas algumas ruas são asfaltadas com muito mato ao redor.

No setor Céu azul também não existe rede de esgoto, praças, a única área de lazer que existe é uma quadra de esportes, houve uma creche mas foi desativada, o lixo também é notado nas vias públicas apesar da coleta de lixo doméstico ser feita pela Cia de coleta de lixo.

Hoje ainda existem habitações precárias no setor, devido ao poder aquisitivo de algumas pessoas, e muitas habitações que foram doadas pela prefeitura estão abandonadas, para Coelho.

A falta de moradia, que as mesmas condições evidenciadas no espaço urbano local, ou seja, há enormes, contradições sociais, entre poucos bairros, bem estruturados, com mansões e os melhores equipamentos urbanos, localizados nas áreas mais nobres da cidade existem, em contraposição outro lado que, corresponde a grande maioria da população que vive em péssimas, condições, de tráfego e de infraestrutura básica, como asfalto rede de esgoto, energia, elétrica terra planagem, saúde, etc.(COELHO,2007,pg.15)

Tudo isso agravado pelo grande déficit de habitação que acontece também em Araguaína muitas famílias, sem moradia demonstrando o problema da falta de habitação já que, deste montante milhares estão abaixo da linha de pobreza.

Um outro espaço que temos conhecido é o setor Monte Sinai que também é resultado de uma invasão que surgiu em 2000, e ocasionou muitos conflitos, está localizada na estrada Sul da Cidade, na margem da BR 153, ao lado do estádio Mirandão. Conforme (Almeida 2008pg 24): Os lotes quando de sua invasão foram delimitados sem nenhum tipo de critério técnico, simplesmente foram colocados piquetes, separando um lote do outro, e pronto. Segundo Oliveira:

A população dos setores próximos, como Setor Oeste, Bairro de Fátima, JK, Barra da Grota entre outras, sabendo da situação desta área se reuniram e

organizaram juntamente com garimpeiros das proximidades totalizando 16 pessoas, invadiram o terreno, a partir daí começou, a história de invasão e as pessoas a trabalharem no local, derrubando a cobertura vegetal para limpar o terreno fazendo um mapeamento, para proceder a divisão dos lotes. Depois desse processo dividiram a área, e muitas outras famílias passaram a se deslocar para esse local, que foi ocupada inicialmente no dia 05 de junho 2005 atraindo pessoas de várias partes da cidade. (OLIVEIRA, 2010 pg, 17).

Dentro desse problema da falta de moradia, concentração de renda e o descaso do poder público diante da questão, aumentando a cada dia o déficit habitacional. São pessoas de classe baixa que não possuem instrução educacional, a maior parte são analfabeta ou semi analfabeta, sem preparação profissional, onde anteriormente moravam de aluguel ou de favor na casa de algum parentes.

As ocupações irregulares estão constituídas numa área geralmente ilegal judicialmente, terrenos sem uso provenientes de chácaras e áreas rurais, sem elementos vitais para subsistência e conforto como é o caso do Monte Sinai.

Em um primeiro instante, a impressão que temos é de repentinamente sairmos de uma realidade e entramos em outra. Posto o fato de não haver a menor infraestrutura para possibilitar a condição de habitar naquele bairro. Em parte por que, como sabemos o poder público não pode investir em qualquer tipo de infraestrutura em determinado bairro de um município enquanto ele estiver em situação irregular. (ALMEIDA, 2008, pg, 23).

Sem o fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária da empresa de energia, na época Celtins, não era difícil de encontraros chamados 'gatos' no qual oferecia um risco para seus moradores, principalmente as crianças, a justiça chegou a determinar a reintegração de posse em desfavor dos Moradores do Setor Monte Sinai. Foi encaminhado pelo MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) pedido junto ao Ministério das Cidades para que os problemas do Monte Sinai fossem solucionados, através de um projeto de urbanização. O projeto foi aprovado, mas haveria a necessidade de transferir os moradores para outro local.

Com o medo de serem expulsos a qualquer momento, e sem querer sair do local que neste momento já havia residências construídas, moradores do Setor Monte Sinai resolveram fazer manifestação, após muitas brigas judiciais conseguiram legalizar a invasão, mas até hoje no setor não existe quase nenhuma infraestrutura.

Essa área de apropriação que se deu após ocupação irregular, atualmente legalizada por várias manifestações ainda não disponibiliza de praticamente nenhuma obra de infraestrutura, isso obriga os moradores do Monte Sinai a dirigirem-se a outros setores para se servirem de alguns benefícios como saúde, educação, etc. (OLIVEIRA, 2010, pg, 17).

Em Araguaína apesar dos programas sociais terem possibilitado várias moradias, o quadro não é muito positivo, existindo ainda inúmeras famílias morando de aluguel ou em invasões não legalizadas.

Durante o processo de invasão correram varias tentativas de desocupação da área, gerando conflitos entre a população, e o poder publico e policia militar havendo ate mesmo agressão física Nisto ocorreu de algumas residências serem derrubadas mas os moradores voltaram a construir novas casas, entre os invasores, tinha pessoas que não tinha necessidade de invadir, participaram para aproveitar a oportunidade de ter um lote sem precisar pagar por ele, ou depois vende-lo.

Algumas vezes estas ocupações têm sido reprimidas, freqüentemente se efetuam as ocupações. Nesses casos, dizem os desalojados “e começa outra vez”, porque outro lugar para ir não tem não. Nas desocupações estar presente um forte aparato policial é comum a violência para “limpar a área” e reintegrar a propriedade, è interessante notar que o processo chama-se de “reintegração de posse, quando na verdade, detém a posse quem estar ocupando, mas de reintegra. O símbolo dessa posse que é a propriedade (RODRIGUES, 1989 pg,45).

No inicio da ocupação, em 2009, não havia o fornecimento de água e energia, os morados tinha que buscar água de um córrego que fica próximo a invasão, outro faziam ligação ilegal do bairro vizinho, quanto a energia elétrica era adquirida através de forma irregular fios elétricos ligados diretamente na rede principal os chamados” gatos” que alem de não pagarem por essa energia coloca a população em risco.

Em 2013 o secretario de habitação da época informou que haveria uma regularização de alguns bairros que surgiram de invasões, como o setor Presidente Lula e a Vila maranhão, foram quase quatro anos de impasse.

Hoje segundo os moradores entrevistados a vila está regularizada, mesmo assim pode-se observar, com os levantamentos de estudo na área, que possui somente água encanada e energia elétrica, mas a Vila Maranhão não conta com um planejamento urbano e nem obedece às diretrizes legais.

O local não conta com nenhum serviço voltado para a saúde, sendo este um fator indispensável para uma boa qualidade de vida para população, por esse motivo

algumas pessoas do início da invasão não moram mais no local, segundo os moradores muitos lotes foram vendidos a um valor muito baixo. Pessoas que possuem baixa renda, e não conseguem comprar uma casa, pagar aluguel e moram de favor na casa de parentes ou amigos, junto com uma falta de política habitacional levaram esses moradores a invadirem a área desocupada para a construção de suas casas mesmo que precárias sem conforto e segurança de estrutura. A exemplo Mota comenta que:

Ocorre também uma falta e a inadequação de planejamento e gestão urbana podem contribuir para o estabelecimento de padrões irregulares e informais de ocupações e urbanização, em especial dos segmentos mais pobres da população, com a introdução de grandes valores imobiliários em áreas considerados regulares com boa qualidade de vida e toda infra-estrutura adequada como consequência os mais pobres são obrigados a se migrarem para lugares caracterizados como fundo de vale e áreas de preservação ambiental construindo as ocupações irregulares, (MOTTA et al 2002,pg 52).

Assim acontece na vila maranhão onde residências construídas sem regularidade e estrutura, como mostra a foto n.8 abaixo.

Foto 8: Residência comum na Vila Maranhão



Fonte: Alessandra Sousa- abril 2016.

A Vila Maranhão até o momento é desprovido de canalização para águas pluviais e pavimentação asfáltica, as ruas são cheias de mato e em tempos de chuva ficam esburacadas, e no verão a areia fica solta dificultando o transito de pedestres e automóveis. Como mostra a foto abaixo n. 9

Foto 9: Rua da Vila Maranhão



Fonte: Alessandra Sousa- Abril 2016

Em um processo de invasão existem fatores que influenciam para que aconteçam em áreas distante do centro, e dos setores considerados nobres, um grande aumento da população vindo de outras cidades, o alto preço da terra urbana associado com uma situação financeira frágil devido a uma escolaridade baixa, tudo isto influencia para que seja escolhido uma área que pode ser tanto em um terreno publico ou privado onde não existe estrutura urbana, e que as classes sociais mais alta não escolheria para morar, como e o caso da Vila Maranhão.

Existe energia elétrica nas casas, mas em alguns postes de energia falta a iluminação publica às vezes deixando a população em perigo, devido às ruas estarem mal iluminadas, conforme Fotos 10 e11.

Foto 10 e 11: Postes de iluminação pública na Vila Maranhão



Fonte: Alessandra Sousa - Abril 2016

Quanto á segurança pública, por ser um lugar mais afastado e próximo a chácaras e não ter muito movimento de pessoas, e sentem a falta de patrulhamento da policia o que torna um lugar perigoso, ocorrem furtos o que favoreceu até a de serem encontrados objetos de roubos como carros e motos, e até mesmo corpos de pessoas encontrados aos redores da vila.

O bairro em estudo também é carente de posto de saúde, escola e creches, os moradores para terem acesso a esses equipamentos precisam se deslocar para outros bairros da cidade, não tem supermercado próximo ou transporte publico. Durante a pesquisa vimos somente uma igreja evangélica, ao contrario de pequenos bares mais conhecidos como “buteco”, o único espaço que segundo os moradores é usado como lazer por alguns moradores. Para os demais moradores não existe outro local para lazer, existindo apenas um pequenocampo de futebol que as próprias crianças fizeram para brincar.

A falta de coleta de lixo também é um problema, sendo que os moradores jogam o lixo em qualquer lugar contribuindo para o aparecimento de doenças como a leishmanioses.

Neste estudo foi possível constatar que questões ligadas ao meio ambiente e a falta de infra estrutura adequada tem contribuído para o aumento dos casos de Leishmaniose como já constatado em outro estudos (MORENO,2005.)

Foto 12: Lixo na rua da Vila Maranhão



Fonte: Alessandra Sousa - Abril 2016

Segundo LaisonRangel (2005), os quais relataram que em cidades com elevada prevalência da doença, observa-se que a maioria dos focos encontrados em humanos se localiza em regiões periurbanas das cidades originadas de áreas invadidas e desmatadas para ocupação, devido a uma maior exposição ao vetor.

Para uma melhor contextualização da problemática do setor, achamos por bem entrevistar alguns moradores, no total foram entrevistados 8 famílias, onde em análise posterior constatamos que o motivo principal que levou a maior parte dos entrevistados estarem morando na Vila Maranhão, apesar do lugar apresentar tantos problemas, é por não possuírem condições financeiras de comprar uma casa em

outro lugar melhor. Quando perguntado sobre as prioridades de infra-estrutura no bairro estão: asfalto, posto de saúde, escola e creche, sendo estas em primeiro lugar seguido de melhoria das ruas, iluminação pública, segurança, e coleta de lixo.

Foram entrevistadas 08 famílias todos disseram que em relação às políticas públicas para melhorias do bairro não tem se feito nada a respeito, e que o poder público lembram-se dos moradores somente na época de eleição.

Sobre o perfil dos entrevistados a maior parte não terminou o ensino fundamental por isso não conseguem um trabalho melhor, a maior parte vive com um salário mínimo levando situação econômica baixa e um número maior de filhos, a maioria dos homens fazem bico de pintor, ajudante de pedreiro serviços gerais poucos com carteira assinada, já as mulheres trabalham como doméstica ou babá, pode-se observar que uma boa parte das pessoas são desconfiadas, pois ao serem procuradas se negaram a dar entrevistas, não entendendo que suas respostas seriam somente com fim acadêmico, acreditando que teria um fundo de política. Quando a invasão acontece além dos problemas habitacionais e sociais vêm com eles os impactos ambientais, modificando o local, podendo afetar a saúde da população, e posteriormente em risco à vida de algumas espécies de animais e vegetais prejudicando assim a qualidade dos recursos naturais, poluindo solo, ar e água.

Devido à invasão ter surgido em um solo arenoso, com a construção das casas, este terreno fica desprotegido, e sem a cobertura ideal, ocorre na época de chuvas uma movimentação do solo conforme Foto 13:

Foto 13: Começo de retirada da camada de solo em uma rua da Vila Maranhão



Fonte: Alessandra Sousa – Abril 2016

Ao observar a área de estudo, podemos constatar que este problema com o solo ocorre na Vila Maranhão onde se pode notar um começo da retirada da camada do solo como pode ser visto na Foto 13.

A ocupação de um ambiente natural, no processo de urbanização, geralmente ocorre a remoção da cobertura vegetal. o desmatamento, quando feito de forma inadequada, resulta em vários impactos ambientais, tais como: modificação climática, danos a flora e fauna, descobrimento do solo, causando o incremento da erosão remoção da camada fértil do solo, empobrecendo-o assoreamento dos recursos hídricos, aumento de escoamento superficial da água e redução da infiltração, inundações. (MOTA, 2003, pg 75).

Apesar da área em estudo ainda esta em desenvolvimento, poucas mudanças aconteceram, a invasão sofre o impacto direto dos problemas relacionados ao inicio de sua ocupação, que refletem hoje uma situação comum nas periferias brasileiras. Essa falta de infra estrutura que torna o local precário, influenciando diretamente na qualidade de vida dos moradores, que reclamam de problemas ligados a iluminação publica, segurança, pavimentação asfáltica, escola ,creche, posto de saúde.

4.1 A percepção dos moradores no contexto do processo de invasão

Em entrevista com o senhor João Barbosa um dos primeiros moradores, perguntamos como era a Vila e como foi o processo de habitação (João Barbosa) *“A criação da Vila ocorreu através de invasão que se reuniu um pequeno grupo de pessoas em 2009 e começaram depois outras pessoas ficaram sabendo da invasão foi chegando mais gente, sobre como era não tem muita diferença de hoje, pois só era chapada e areia, o que modificou foi as casas a água e a energia por que o resto ta do mesmo jeito, disse também que o local recebeu este nome devido o líder da invasão que é mais conhecido como Maranhão, mas hoje em dia não mora mais na invasão.*

Em visita aos moradores notamos que nas casas tem um numero grande de pessoas para os padrões da atualidade, como o senhor João, que na sua casa mora oito pessoas sua esposa seus quatro filhos e dois netos, e mora a sete anos na Vila, morava de aluguel no setor Raizal, por que queria sair do aluguel mas não tinha condições de comprar uma casa nem mesmo um lote, e que se pudesse moraria em outro bairro que tivesse mais infra estrutura.

Ao entrevistar o senhor Adriano Freitas, *nos disse que mora na Vila a 6 anos, que na sua casa moram seis pessoas, ele sua esposa, seu irmão e seus três filhos, morava no setor Tereza Hilário Ribeiro que o motivo que levou a morar na invasão è que não tinha casa e morava na casa de seu pai mas gostaria de morar em outro bairro.*

Já a dona Patrícia Souza relatou que mora com seus cinco filhos totalizando seis pessoa na residência, *morava no setor Araguaina Sul de aluguel e por não ter condições de comprar uma casa, e para sair do aluguel invadiu um lote para morar com seus filhos.*

Durante a visita e entrevista aos moradores da Vila pudemos perceber que os moradores são bem simples e sem condições financeiras, onde a maior parte dos homens trabalha fazendo bico e as mulheres de doméstica, diaristas e babas.

Quando perguntado o que sente mais falta aqui na Vila? Todos respondem basicamente as mesmas, a falta de asfalto, escola, creche, posto de saúde, não temos transporte coletivo, e quando precisam usa este equipamento tem que ir para os bairros por onde o coletivo passa.

Quanto ao poder público nos relataram que são aparecem quando é época de eleição prometem mais depois não voltam mais, e que a Vila Maranhão está um verdadeiro abandono, mas esperam que um dia essas promessas sejam cumpridas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da lei todos tem direito a uma moradia digna, com saneamento básico e infraestrutura urbana, acompanhado de planejando o desenvolvimento das cidades com uma distribuição de um espaço adequado, para que evite irregularidade no processo de crescimento urbano futuro, mas infelizmente na pratica não é isto que acontece.

Os agentes que modelam e contribuem para a formação do espaço urbano estão principalmente interessados no capital, pois a formação e organização do espaço urbano vem constantemente sendo definido pela norma do capitalismo. A especulação imobiliária e a falta de políticas voltadas à habitação contribuem bastante para a periferização, surgindo assim os grupos sociais excluídos, que por falta de opção encontram na invasão de lotes sua única saída para se ter um lugar para morar.

Em Araguaína a Vila Maranhão assim como tantos outros, é um exemplo destes grupos sociais excluídos, um lugar sem infraestrutura alguma e sem condições básicas para uma vida confortável, mas foi ali que essas pessoas conseguiram o tão sonhado lar.

Devido o aumento da população a ocupação e produção do espaço urbano de Araguaína vem sendo feita de forma rápida e desordenada, gerando transtornos para a população.

O estado que atua diretamente nesta formação do espaço urbano, sendo o principal responsável pela suas infraestrutura e equipamentos, não esta cumprido completamente com suas responsabilidades deixando muito a desejar, e no fim de tudo quem paga é a população, principalmente a mais carente que tem que se conformar em habitar em um lugar com iluminação publica deficiente, falta de pavimentação, e até mesmo de equipamentos indispensáveis como posto de saúde, escolas, creches e segurança publica, sendo assim esquecidos e privados de seus direitos.

6.Referências

ALMEIDA, **Janaina Marinho de. Algumas considerações sobre a formação do setor Monte Sinai.** Universidade Federal do Tocantins. Araguaína-TO, 2008.

BRASIL, IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, censo demográfico-2016. Dados gerais, disponível em: <http://www.ibge.br/censo>. acessado em 25/04/2016

CARLOS, Ana Fani. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2007.

COELHO, Marcos Costa. **O Crescimento das desigualdades sociais e seus reflexosna (DES) organização espacial,** O Papel do Movimento Social Pela Moradia no Município de Araguaína-to. Universidade Federal do Tocantins. Araguaína-TO, 2007-TCC.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano,**São Paulo: Ática,1989

CONSTITUIÇÃO, FEDERAL, **Estatuto das cidades** Lei 10.257, artigos 182 e 183.disponível em: <http://pt.Wikipédia.org>)Estatutodas cidades.acessando em 17/04/2016.

FARIAS, Gilmeire Santos. **Processo de ocupação do setor Céu Azul na cidade deAraguaína-To.** Universidade Federal do Tocantins. Araguaína-TO, 2007-TCC.

GARCIA, Jacira Gaspar. **O papel do ensino superior em Araguaína:** o que dizem os estudantes e os professores. Tese de Doutorado/ Universidade de Lisboa- PT-2012.

RANGEL, R; Lailson, E. F. Lutzomialongipalpisandtheeco-epidemiologyof American visceral leishmaniasis, with particular referenceto Brazil: a review. **Memorias do Instituto Oswaldo Cruz**, vol. 100 n. 8, p.811-827, dez, 2005

LIMA, Zélia Brito. **A questão Habitação**. São Paulo: Ática, 2010.

MARICATO, Ermínia. **A terra é um nó na sociedade Brasileira... Também nas cidades**. São Paulo: Atual, 1997.

MORENO, E.C. et al. Risk for leishmaniachagas infection in na urban area of Minas Gerais State. **Revista da sociedade brasileira de medicina tropical**, v.38, n.6, p. 456, 2005.

MOTTA, D.M. **Gestão do uso do solo Disfunções do Crescimento urbano**, volume 1: Instrumento de Planejamento e Gestão Urbana em Aglomerações Urbanas: Uma análise Comparativa, Brasília, 2002.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e Meio Ambiente**, 3 ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

OLIVEIRA, Zeldá Silva de. **O cotidiano dos Moradores do Setor Monte Sinai em Araguaina-To**. Universidade Federal do Tocantins. Araguaina-TO. 2010-TCC

PEREIRA, Jose, Aires. **Ensaio Geográficos e interdisciplinaridade poética**, 2ª edição, São Paulo: Kelps, 2009.

RIBEIRO, Delkênia Oliveira. **Políticas públicas do Município de Araguaína**, Reflexos no Bairro Céu Azul. Universidade Federal do Tocantins. Araguaína-TO, 2006- TCC

RODRIGUES, Altele Moises. **Moradia nas cidades Brasileira**. São Paulo: 1989.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, Paulino Dias da. **A produção do espaço urbano em Araguaína**, Um Estudo de Caso do Setor Cimba Frente a Especulação Imobiliária. Universidade Federal do Tocantins. Araguaína-TO, 2008-TCC

SILVA, Roberto Antero. **Agropecuária de Araguaína-To e novas centralidades**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Curso de Mestrado em Geografia, Fortaleza, 2012.

VASCONCELOS, Filho João Manuel de. **Odireito a moradia e o discurso deimplantação de políticas publicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas**, reflexões sobre Araguaína-To. Tese de Doutorado. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.